

Uma proposta de análise da superestrutura do editorial*

Cíntia Regina de Araújo

Professora substituta na Universidade Federal de Minas Gerais.
Doutoranda em Estudos Lingüísticos

Resumo Neste texto, propomos uma análise das estruturas formais do editorial, tendo em vista as perspectivas de van Dijk (1983) e Guimarães (1992). Tecemos, primeiramente, algumas reflexões sobre gênero textual e estruturas esquemáticas de texto, especificamente, sobre os aspectos formais do editorial propostos pelos autores citados acima, para, em seguida, a partir da análise de um editorial, evidenciar a superestrutura prototípica do referido gênero proposta por nós. É um trabalho que se insere nas teorias da Lingüística Textual, Análise do Discurso e Retórica.

A espécie humana se organiza socialmente e pratica diversas e complexas ações, mediadas por uma gama variada de manifestações da linguagem, dentre elas a língua, que “se efetua em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana” (BAKHTIN, 2000, p. 279). Nessa perspectiva, os homens interagem na e pela língua, produzindo textos – em espécies diferentes, decorrentes das distintas práticas humanas – que são oriundos das diversas relações sócio-discursivas travadas por eles em uma dada comunidade. Esses textos possuem características comuns, ou seja, uma identidade particular, que faz com que possam ser agrupados em “espécies” ou “gêneros”.

Gênero textual: diferentes propostas de classificação

A concepção de que os textos que perpassam a atividade linguageira possuem características comuns que permitem ordená-los em “gêneros” ou “espécies” é antiga. Na realidade, na Antiguidade Clássica, a discussão já era bem acirrada entre os gregos, que propuseram classificações tanto na Literatura quanto na Retórica.

Na Literatura, várias classificações foram propostas: i) poesia e prosa, primeira distinção feita entre os clássicos; ii) lírico, épico e dramático; iii) comédia e tragédia; iv) elevado, médio e humilde, teoria dos três estilos, de fundo sociológico, porque embasada no grau social das pessoas representadas: respectivamente, guerreiros, camponeses e pastores.

*Este texto foi elaborado a partir de minha dissertação de Mestrado, defendida na PUC/ Minas, em 2002, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes Meirelles Matencio.

Não só na Literatura foram propostas classificações. Também na Retórica isso ocorreu. Aristóteles (1964, p.30-32) salienta que na Retórica há três gêneros discursivos – deliberativo, demonstrativo (epidítico) e judiciário –, classificados conforme os enunciatórios e os fins pretendidos. O deliberativo possui a finalidade de aconselhar ou desaconselhar o enunciatório; o judiciário se dirige ao enunciatório com a finalidade de acusá-lo ou defendê-lo. Já o demonstrativo versa sobre os atos do enunciatório, atribuindo-lhes um elogio ou uma censura.

Por volta da metade do século XX, uma nova mentalidade sobre a identidade dos textos – hoje concepção de fundamental importância para se pensar o assunto – emergiu com Bakhtin, a partir do conceito de “gênero do discurso”. Segundo o autor (2000, p. 301), “para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma *forma padrão* e relativamente estável de *estruturação de um todo*”. (grifos nossos).

O lingüista, também, salienta, em sua obra, o caráter sócio-histórico dos gêneros, uma vez que eles estão diretamente relacionados a diferentes situações sociais: “cada uma das esferas da comunicação verbal gera um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico” (2000, p. 284), que se diferencia e amplia à medida que a própria esfera dessas ações se desenvolve e se torna mais complexa.

Nessa perspectiva, o que nos guia, no processo de produção/recepção textual, é a existência de um gênero textual determinado, que funciona como modelo de referência, sem o qual seria impossível a interação verbal entre os homens, conforme afirma Bakhtin (2000, p. 302):

Se os gêneros do discurso não existissem e se não os dominássemos, e se nos fosse necessário criá-los pela primeira vez no processo da fala, se nos fosse necessário construir cada um de nossos enunciados, a troca verbal seria quase impossível.

Deve ser levado em conta que, na obra de Bakhtin, não há distinção clara entre enunciado, enunciação e texto, de forma que o autor utiliza os termos indistintamente. Quanto ao conceito gênero, isso também ocorre: ora o autor utiliza gêneros do discurso, ora gêneros de texto. A terminologia usada para os componentes internos dos gêneros também é hesitante: o pensador emprega os termos linguagem, língua, estilo, discurso.

Apesar da oscilação, Bakhtin inova em relação aos clássicos, uma vez que já parte de uma perspectiva sócio-interacionista para pensar o texto. Embora discuta a estrutura formal dos enunciados, essa é sempre pensada a partir de fatores da interação social, e não como uma fórmula abstrata e independente dos interactantes. O autor salienta que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação isolada nem pelo ato psíquico-fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação de linguagem, realizada através da enunciação e das

enunciações. A interação de linguagem constitui, assim, a realidade fundamental da língua (1997, p. 123).

O editorial¹, por exemplo, é produto da interação social entre editorialistas (produtores) e leitores (consumidores), situados em um dado contexto, e reflete a negociação que se estabelece entre esses interactantes. A produção desse gênero, como a implicada a todo e qualquer outro gênero textual, só é possível mediante a interação sócio-dicursiva que se estabelece entre indivíduos, localizados em um dado contexto, que visam a uma finalidade específica.

Bakhtin é o grande precursor dos estudos sobre gêneros. A partir da perspectiva de que os textos possuem modelos prototípicos que viabilizam a troca verbal, e que esses modelos são “aprendidos” culturalmente na comunidade em que os indivíduos estão inseridos, vários autores, cada um à sua maneira, tentaram não só definir gênero, como também propuseram princípios que pudessem classificar os diferentes textos existentes em gêneros específicos, tentando delimitar e ordenar as características peculiares de cada espécie. A partir de Bakhtin, surgem, então, várias tipologias, embasadas tanto em princípios enunciativos, como a de Benveniste², por exemplo, quanto em aspectos cognitivos, como os trabalhos de van Dijk (1983, 1984 e 2000), ou em aspectos do interacionismo sócio-dicursivo, como o trabalho de Bronckart (1999).

Na tentativa de definir gênero textual e classificar os diversos textos existentes, os estudiosos de língua depararam também com uma outra problemática: texto e discurso remetem à mesma realidade? Na tentativa de responder a esse questionamento, surgiram várias discussões e definições para texto e discurso, que também ainda continuam na ordem do dia, motivo pelo qual acreditamos ser importante delimitar em que sentido estamos utilizando esses conceitos. Além disso, queremos salientar que estamos considerando linguagem como

atividade, forma de ação, ação interindividual finalisticamente orientada; como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos e compromissos anteriormente inexistentes (KOCK: 1999, p. 9).

Nessa perspectiva, o processamento textual, tanto em termos de produção quanto de recepção, deve ser visto como uma atividade de caráter lingüístico e sociocognitivo, sendo texto o resultado da manifestação verbal dos interactantes. É oportuno destacar o que diz Bronckart (1999, p. 43) a esse respeito:

Textos são formas comunicativas globais e ‘finitas’ constituindo os produtos concretos das ações de linguagem, que se distribuem em gêneros adaptados às necessidades das formações

¹ Gênero textual estudado em minha dissertação de mestrado.

² Em Benveniste (1989), a classificação se dá a partir das diversas formas da presença das marcas da enunciação no discurso. Já a posição dos demais autores citados foi amplamente estudada ao longo do trabalho.

sócio-discursivas, permanecendo esses gêneros, cujo número e cujas fronteiras são por essência indeterminados, à disposição, como modelos, nesse constructo sócio-histórico que é o intertexto.

Estamos considerando o processamento textual como a produção do discurso, a enunciação; e o texto como o resultado desta operação, uma vez que o texto é um objeto concreto, palpável, elaborado pelas formações sociais, conforme seus objetivos e intenções.

O discurso seria, assim, uma unidade pragmática (cf. BENVENISTE: 1989), uma apropriação da língua pelo indivíduo em um dado momento e um dado espaço, a enunciação. Após esse momento de apropriação da língua, o discurso constitui um texto (ou enunciado). É nesse sentido que cremos ser possível um estudo da estrutura do enunciado/texto com vistas à identificação da estrutura do discurso/enunciação. Portanto, discurso e texto são vistos, neste trabalho, como fatos distintos, mas não dissociáveis.

Quanto à noção de gênero, o conceito assume sentidos bem distintos conforme as perspectivas teóricas de cada autor. Para Marcuschi (2000, p. 13), por exemplo, gênero textual é:

Uma forma concretamente realizada e encontrada nos diversos textos empíricos. Isso se expressa em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas, tais como: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, instruções de uso, outdoor etc.* São textos histórica e socialmente situados. Sua definição não é lingüística, mas de natureza sócio-comunicativa. (grifos do autor).

Neste trabalho, estamos adotando a perspectiva sócio-interacionista, de modo que gêneros textuais são considerados eventos comunicativos situados, de cunho sócio-interativo, com finalidades próprias, e construídos a partir de modelos pré-existentes na comunidade em que circulam, como, por exemplo, a carta, o editorial, a receita médica, a bula de remédio, o romance, a piada, e não a descrição, a narração, a dissertação, a argumentação³.

Portanto, os gêneros textuais devem ser analisados levando-se em conta suas características formais – eles possuem um esquema formal canônico, conhecido e “aprendido” pelos interactantes da dada comunidade na qual circulam – e suas características sócio-pragmáticas – são construídos por indivíduos, situados em um dado contexto, com uma finalidade específica. Em outras palavras, os gêneros textuais devem ser analisados a partir de suas características estruturais e características externas ao ato lingüístico (condições de produção envolvidas em sua enunciação).

Além dessas características, acreditamos, ainda, conforme postula Marcuschi (2000, p. 66), que os interactantes identificam alguns gêneros textuais através de marcas lingüísti-

³ Consideramos essas últimas como formas específicas de organização lingüística que operam no interior de gêneros como um todo ou em partes deles. Essas formas foram discutidas em outras seções da dissertação.

cas, ou da ausência delas, geralmente estereotipadas, como é o caso, por exemplo, do gênero editorial que não apresenta assinatura.

A organização esquemática de texto: diferentes abordagens

Segundo van Dijk⁴ (1983, 1984 e 2000), todo texto, oral ou escrito, organiza-se mediante dois planos textuais globais de natureza distinta: um semântico, a chamada “macroestrutura”, que comporta os “tópicos” centrais de um dado texto; outro esquemático, a chamada “superestrutura”, que reúne esses “tópicos” numa ordem global. Salienta o autor que

as superestruturas e as macroestruturas semânticas têm uma propriedade comum: não se definem com relação a orações ou seqüências isoladas de um texto, mas para o texto em seu conjunto ou para determinados fragmentos deste (VAN DIJK: 1983, pp. 142-3).

Na perspectiva desse teórico, a macroestrutura é uma representação abstrata da estrutura global de significado de um texto, sendo composta por macroproposições⁵ que, por sua vez, se compõem de uma série de proposições. Ou seja, o plano semântico global é um nível de sentido em que se descrevem os tópicos ou temas de um texto⁶, sendo que o falante sabe dizer qual é o tópico de um discurso, é capaz de formular tema ou temas de um dado texto.

Já a superestrutura⁷ se configura como um esquema textual abstrato, de natureza relativamente fixa, “aprendido” culturalmente, composto por categorias vazias, que correspondem ao formato característico de determinado tipo de texto.

Na realidade, a superestrutura é uma estrutura esquemática textual global que diz respeito ao modo como o conhecimento do texto está organizado na memória, correspondendo, em princípio, tanto ao gênero quanto à seqüência textual. Ela é um esquema constituído de uma série de fases ou categorias, algumas obrigatórias, outras facultativas, que, na configuração formal do gênero textual ou da seqüência discursiva, ocupam posições relativamente definidas.

Segundo van Dijk, a macroestrutura e a superestrutura estão intimamente ligadas: a superestrutura organiza a macroestrutura de modo semelhante àquele como a sintaxe do sistema lingüístico organiza o sentido de uma sentença, e determina a ordem do conteúdo que será veiculado no texto. As categorias vazias da superestrutura só comportam determinados conteúdos organizados hierarquicamente, não sendo as combinações aleatórias, ou

⁴ Ao tecer considerações sobre a obra desse teórico, utilizamos a mesma terminologia usada por ele. Tipo de texto é empregado como gênero textual.

⁵ Macroproposição é a informação central de uma seqüência discursiva. (VAN DIJK, 2000, p. 103).

⁶ Um texto pode apresentar não só um tema central, mas alguns tópicos, digamos, centrais.

⁷ Nas obras de van Dijk, o termo superestrutura é usado com fluidez, uma vez que ora remete a gênero discursivo, ora remete a tipo discursivo como modo de organização discursiva.

seja, não se pode inserir qualquer macroproposição em qualquer categoria esquemática. Mesmo sendo uma estrutura independente da macroestrutura, a superestrutura impõe certas limitações ao conteúdo do texto, determinando-lhe a seqüência, a ordem. Portanto, sob o ponto de vista formal, a superestrutura sustenta o tema veiculado no texto, sendo, por isso, considerada por van Dijk como uma espécie de esquema ao qual o texto se adapta (van Dijk, 1983, p. 142).

Para van Dijk, além do caráter formal, a superestrutura possui também natureza cognitiva, pois os falantes, em momentos de produção e recepção de textos, ativam esquemas fixos e convencionais para empreender a atividade lingüística interativa. Eles distinguem e reconhecem, intuitivamente, os esquemas dos textos que circulam na comunidade na qual estão inseridos, e que foram assimilados através de experiências vivenciadas por eles.

Os esquemas dos editoriais, por exemplo, são aprendidos e reconhecidos nas comunidades em que circulam, isto é, por aqueles que o produzem e por aqueles que o consomem. Suas fases esquemáticas não são produzidas aleatoriamente, mas construídas e conhecidas, pelo menos implicitamente, por seus produtores e consumidores, isto é, por editorialistas e leitores. Eles apresentam um formato prototípico, resultante de sua função textual e de hábitos sociais e profissionais de jornalistas em âmbitos institucionais. A respeito desse formato prototípico, o mesmo lingüista salienta que os esquemas muito provavelmente não são arbitrários e estão em estreita relação com os aspectos semânticos e pragmáticos dos textos e da comunicação, ou seja, refletem determinadas funções cognitivas, pragmáticas ou sociais na comunicação textual.

O estudioso ainda salienta que a função específica dos textos está vinculada à sua superestrutura, uma vez que essa vai ser determinada segundo a intenção ou função social do texto.

Apesar de a teoria de van Dijk estar bem fundamentada, alguns fenômenos arrolados pelo lingüista quanto à superestrutura não são bem esclarecidos. Ora o autor se refere a gênero textual, ora a tipo discursivo, ora a ambos indistintamente. Por exemplo, na obra *La Ciencia del Texto* (1983), se considerar somente as várias passagens em que o autor se refere a práticas sócio-interativo-pragmáticas, é lícito afirmar que a teoria da superestrutura se refere a gêneros textuais. No entanto, ao propor um modelo de superestrutura argumentativa (1983, p. 160), salientamos que o lingüista se refere ao tipo discursivo argumentativo, o que pode ser corroborado tanto pelo exemplo dado pelo autor (um anúncio comercial da Companhia Shell⁸), quanto pelo estudo da argumentação proposto pela Retórica, mais especificamente pelos estudos de Perelman e Olbrechts (2000)⁹.

Além de van Dijk, Bronckart (1999, p.218) também investiga a organização esquemática de textos, renunciando à concepção de superestrutura proposta por van Dijk, por

⁸ Este exemplo se encontra em *La ciencia del texto*, 1983, p.162.

⁹ Há um capítulo referente à teoria desses dois teóricos na dissertação.

considerá-la uma noção centrada exclusivamente na organização sintática interna das unidades constitutivas dos textos e excluir de seu objeto a problemática do modo de relação que essas mesmas unidades mantêm com os parâmetros externos da ação de linguagem. Ao tomar essa posição, o autor adere à teoria modular de Adam¹⁰, adotando a nomenclatura “seqüência” e definindo-a como uma forma de organização linear das macroestruturas disponíveis simultaneamente na memória do agente-produtor do texto.

O autor (1999: p. 218) se propõe a discutir o estatuto das seqüências e das operações em que elas se baseiam, mas apenas apresenta o estudo da proposta de Adam, sobre o qual faz uma ressalva, salientando que, apesar de aderir globalmente à descrição das seqüências propostas por Adam, é mais reservado em relação à teoria de protótipos.

Isso não impede, entretanto, que Bronckart (1999, pp. 218-219) considere que as seqüências se constituem inicialmente por “protótipos”, modelos abstratos de que os produtores e receptores de textos dispõem, definíveis, ao mesmo tempo, pela natureza das macroproposições que comportam e pelas modalidades de articulação dessas macroproposições em uma estrutura autônoma. Nos textos empíricos, esses protótipos concretizam-se em “tipos lingüísticos” variados, podendo ser realizadas todas as macroproposições que definem o protótipo, ou apenas algumas delas; além disso, pode haver múltiplas formas de encaixamento das macroproposições, contanto que a estrutura hierárquica do conjunto da seqüência seja preservada. Quanto às macroproposições, segundo o autor, elas são geralmente realizadas por *pacotes* de proposições de dimensões muito diversas, mas podem, às vezes, ser realizadas também por uma única proposição.

Pela hipótese a qual adere Bronckart¹¹, as estruturas seqüenciais se restringem a cinco tipos básicos – narração, descrição, argumentação, exposição e diálogo –, sendo que as superestruturas dos textos são em número ilimitado em virtude da multiplicidade de gêneros textuais.

Mas há uma série de autores (cf. Swales (1996); Matencio (1999); Dias (2001)) que, como van Dijk, também investigaram a organização global da estrutura esquemática de gêneros textuais.

Da mesma forma que van Dijk, Swales (1996, p. 58), ao definir gênero textual, enfatiza que os propósitos comunicativos inscritos nos gêneros são reconhecidos pelos membros da comunidade discursiva, o que possibilita não só que, a partir deles, se constitua um esquema básico para o gênero como o condicionamento de seus traços retóricos (a escolha do conteúdo temático e do estilo).

¹⁰ Para Adam (*apud* Silva, 2001:70-71), a seqüência constitui uma rede relacional hierárquica, de grandeza decomponível em partes relacionadas entre si e relacionadas ao todo que elas constituem; e é uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna que lhe é própria e, portanto, em dependência do conjunto mais vasto do qual ela faz parte.

¹¹ Bronckart (1999:219) substitui a noção de macroproposição pela noção de fase, por comodidade, segundo o autor.

Outro trabalho que também corrobora com o ponto de vista aqui assumido é a pesquisa desenvolvida por Matencio (1999, pp. 88-89), que tem como objeto de investigação o gênero aula, e como objetivo específico descrever e explicar as relações de articulação e de hierarquização das unidades constitutivas da estrutura esquemática desse gênero. Conforme postula a lingüista, esse gênero possui uma estrutura esquemática global constituída por etapas assim descritas: abertura, preparação, desenvolvimento, conclusão e encerramento. Segundo a autora, essas etapas exercem funções distintas na organização do evento discursivo. As etapas abertura e encerramento sinalizam a introdução e o fechamento do evento, enquanto as etapas de preparação, desenvolvimento e conclusão dizem respeito às atividades de natureza instrumental/didática (relativas ao objeto de ensino e aprendizagem).

Outro trabalho semelhante foi o de Dias (2001), que, ao analisar o gênero entrevista mediada por computador, verificou esse gênero também possuir uma estrutura peculiar determinada pelas relações sócio-interativas e constituída de três etapas: abertura, desenvolvimento e fechamento. A autora (2001, p. 41) define a entrevista mediada por computador como um gênero representativo da interação *on-line* entre vários interlocutores que ocupam papéis sociais distintos, isto é, o entrevistado coopera com os entrevistadores ao responder às perguntas, e esses, por seu turno, objetivam estabelecer um contato virtual com aqueles.

Esses três autores também consideram a existência de estruturas características da configuração interna do gênero: Swales trabalha com a noção de movimento; as demais, com a de alternância de turnos (ou intervenções).

Como foi discutido nesta seção, estamos considerando superestrutura como um esquema abstrato, constituído de categorias vazias, que se pode aplicar tanto a gênero textual, enquanto prática sócio-pragmática, quanto a tipo discursivo, modo de organização discursiva que opera nos gêneros.

A organização esquemática do gênero editorial

Há poucas abordagens estruturais sobre o gênero editorial, na literatura lingüística. Na realidade, há uma escassez de estudos sobre o editorial, centrados na sua forma particular de discurso, como um gênero jornalístico, ao contrário do que acontece com outros gêneros jornalísticos, tais como a notícia, a reportagem ou a entrevista.

Alguns autores, em especial van Dijk (1989, *apud* Guimarães 1992) e Guimarães (1992) dedicaram-se a investigar a superestrutura dos editoriais, adotando perspectivas as quais nos parecem ajustar-se bem à linha de pensamento aqui adotada.

Van Dijk (*apud* Guimarães, 1992, p. 180)¹², ao analisar algumas propriedades dos editoriais de um jornal britânico sobre perturbações numa cidade do interior, afirma que as opiniões sobre os distúrbios, expressas nesse jornal, apresentam-se em três categorias.

Já Guimarães (1992), ao analisar editoriais da *Folha de São Paulo*, fundamentada na teoria de van Dijk, afirma que o editorial é um gênero textual formalizado por um esquema textual específico, definido por quatro categorias. Vejamos, no quadro a seguir, as propostas de análise de cada um dos autores:

QUADRO 1

Análise esquemática do gênero editorial segundo van Dijk e Guimarães

Van Dijk	Guimarães
i) definição: definição da situação, ou seja, descrição sumária do acontecimento	i) definição: apresentação do evento, organizado pelo fato noticioso acompanhado de comentário
ii) explanação: explanação da situação, “avaliando” as causas do evento e as reações de ação	ii) explanação: apresentação das causas e das conseqüências decorrentes da existência do evento
	iii) avaliação: apresentação de um processo estimativo, no qual se estabelece o valor de “bem” e de “mal” para o evento
iii) conclusão ou moral: apresentação da conclusão ou da moral sobre atitudes a serem tomadas para conter ou evitar futuros distúrbios	iv) conclusão ou moral: apresentação do conjunto de frases que resultam da explanação ou da avaliação realizada, abrindo perspectivas

A análise proposta pelos dois autores acima é semelhante, como podemos ver, pelo modo como delimitam as três partes nomeadas da mesma maneira. À primeira vista, a diferença consiste no fato de que Guimarães propõe quatro categorias, ao passo que van Dijk propõe três categorias, conforme podemos averiguar no quadro acima.

Quanto à proposta de análise de Guimarães, não vemos diferença entre as fases “avaliação” e “explanação” delimitadas pela autora. Acreditamos que estabelecer um processo estimativo, no qual se estabelece um valor de “bem” ou de “mal” para um fato noticioso, é apresentar conseqüências “negativas” ou “positivas” para o fato. Portanto, a nosso ver, a “fase avaliação” está inserida na “fase explanção”, que é o momento em que se tecem as causas e as conseqüências do fato noticioso. Além disso, acreditamos que a autora não mantém o mesmo conceito de evento em todas as fases: na “fase definição”, a autora define evento como fato noticioso acompanhado de comentário. Já nas “fases explanção e avalia-

¹² Não conseguimos ter acesso ao texto de van Dijk que trata de algumas propriedades dos editoriais britânicos. A fonte utilizada é de uma comunicação apresentada por Guimarães, no Seminário do Centro de Estudos Lingüísticos e Literários do Paraná, em 1992.

ção”, a autora utiliza evento apenas como fato noticioso, uma vez que não é possível apresentar causas e conseqüências de um fato noticioso acompanhado de comentário.

Há algumas diferenças funcionais na análise dos dois autores. Para van Dijk, o editorialista foca mais o fato noticioso no texto, ou seja, ele define um fato noticioso, enuncia suas causas e conseqüências e emite um posicionamento final sobre o fato, concluindo o texto. Já para Guimarães, o editorialista não só define o fato como o avalia, focando, portanto, fato noticioso e avaliação.

Uma vez que o editorial é um gênero predominantemente argumentativo, questionamos o motivo pelo qual nenhum dos autores analisa o movimento argumentativo presente no gênero, ou seja, o modo de organização discursiva presente no interior do gênero ou em parte(s) dele.

Trouxemos à discussão tais autores, porque, ao analisar nosso *corpus*, observamos que o editorial é um gênero textual que apresenta regularidades conforme salientam os autores.

Análise do *corpus*

A partir da análise do editorial *Do hábito de calar* (ver anexo p. 16), veiculado no jornal *Folha de S. Paulo* (em 21/02/2001), buscamos mostrar como esse gênero apresenta um esquema prototípico constituído de três fases: i) “fase definição”, que marca o início do texto e da interação verbal, delimitando “fato noticioso” e “comentário” sobre o fato; ii) “fase desenvolvimento”, que dá continuidade à interação; explanando o ponto de vista, através da tessitura das “causas” e das “conseqüências” que comprovem a legitimidade do ponto de vista. Em alguns casos, é nessa fase que o fato noticioso é explicitado; iii) “fase desfecho”, que fecha o texto e, conseqüentemente, a interação, retomando sucintamente o ponto de vista considerado nas fases anteriores. Essas fases são fixas e organizadas hierarquicamente, não correspondendo, necessariamente, aos parágrafos textuais.

Sendo assim, o gênero apresenta o seguinte esquema:

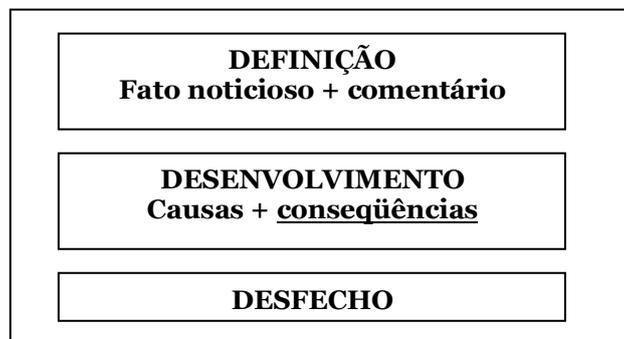


FIGURA 1: A estrutura esquemática do gênero editorial

- Fases obrigatórias
- Categoria facultativa

Vejam, agora, cada uma das fases, separadamente:

A “fase definição” é uma fase que exerce “funções pragmáticas e interativas” no editorial, tais como: i) marcar o início do texto, ocupando, pois, a posição inicial; ii) estabelecer o início da interação verbal entre editorialista e leitor, uma vez que realiza a “abertura” do texto; iii) definir o assunto a ser discutido ao longo do texto; iv) delimitar um “fato noticioso” e tecer um “comentário” sobre esse fato, avaliando-o.

É o “ponto zero” do gênero, sendo constituída por duas unidades, “fato noticioso” e “comentário”, as quais desempenham funções interativas e textuais e se apresentam de forma sucinta ou não conforme a interação que o enunciador pretende estabelecer com o enunciatário.

O “fato noticioso” desencadeia a construção do texto, sendo, pois, um “pretexto” para o produtor do texto enunciar o ponto de vista da instituição jornalística sobre determinado assunto, podendo estar explícito ou implícito no texto, conforme a interação estabelecida entre enunciadores. Em outras palavras, acreditamos que a maneira como o “fato noticioso” vem enunciado e o seu grau de explicitude dependem de como o editorialista projeta seu leitor. Em alguns casos, o editorialista define, explicitamente, o “fato noticioso”, no texto, enunciando vários componentes da cena enunciativa que deu origem ao fato. Já o “comentário”, além de ser uma unidade que dá continuidade à fase definição, indica o ponto de vista da instituição jornalística sobre o fato noticioso.

No editorial em análise, na “fase definição”, o editorialista tece o “fato noticioso” e o “comentário”, conforme podemos averiguar a seguir, enunciando quem, o que, quando, onde e como para o leitor, dando-lhe informações para que se “situe” em relação ao que vai dizer. Ele pressupõe um leitor que precise de todas essas informações para que adira ao ponto de vista defendido.

QUADRO 2

Organização do conteúdo temático e esquemático do gênero editorial: fase definição

FASE DEFINIÇÃO

Fato noticioso	Comentário
FHC se calou perante críticas de ACM.	Ao longo de seu governo, FHC nunca foi tão realista quanto ao seu comportamento político.

Quanto à “fase desenvolvimento”, há uma exposição minuciosa do que foi sumariamente enunciado na “fase definição”, ou seja, efetua-se a explanação do “fato noticioso” e do “comentário”. Portanto, podemos dizer que é específico a essa fase: i) delimitar o “corpo” do texto, ocupando, portanto, uma posição medial; ii) dar continuidade à interação estabelecida na fase anterior; iii) desenvolver o assunto que foi sumariamente enunciado na “fase definição”; iv) expandir o “fato noticioso”, enunciando suas causas e suas conseqüências.

Movimento maior do texto, essa fase representa a argumentação do editorialista propriamente dita, momento em que ele tece os argumentos e contra-argumentos (parte facultativa).

Conforme acontece na fase definição, também nessa fase o grau de explicitude do assunto depende de como o editorialista projeta seu leitor, enunciando dados conforme a adesão que pressupõe já possuir. Observemos os trechos discriminados a seguir:

QUADRO 3

Organização do conteúdo temático e esquemático do gênero editorial: fase desenvolvimento

FASE DESENVOLVIMENTO

Causas (argumentos)	Conseqüências (contra-argumentos)
O silêncio de FHC mantém as forças partidárias, que sustentam seu governo, coesas.	O hábito de calar de FHC, além de abafar escândalos, é também um obstáculo à reforma dos costumes políticos.

Já a “fase desfecho” exerce as seguintes funções: i) marcar o final do texto, ou seja, definir o desfecho do texto, ocupando então a posição final; ii) fechar a interação entre editorialista e leitor, uma vez que realiza o encerramento do texto; iii) retomar o que foi explanado ao longo do texto – causas e conseqüências do fato noticioso –, emitindo um posicionamento final. Eis a fase desfecho presente no editorial em análise:

QUADRO 4

Organização do conteúdo temático e esquemático do gênero editorial: fase desfecho

FASE DESFECHO

Ao silenciar, FHC vai costurando a governabilidade, mas reforça a imagem de que seu governo é leniente ao tentar mostrar que a luta pelo poder no País é mais digna e moderna.

Referências bibliográficas

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1964. 197 p.

BAKHTIN (Voloshinov). *Estética da criação verbal*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. pp. 277-326.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 196 p.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989. 294 p.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Trad. Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: EDUC, 1999. 353p.

DIAS, Daniella Lopes. *A entrevista mediada por computador: uma proposta de análise da configuração do gênero*. 2001. 110 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Pós-graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Gêneros textuais: o que são e como se classificam?* Recife: UFPE, 2000. Inédito.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. *Estudo da língua falada e aula de língua materna: uma abordagem processual de interação professor/aluno*. 1999. 215 f. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp.

PERELMAN, Chaim & TYTECA, L. O. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 615 p.

SILVA, J. Q. G. Gênero discursivo e tipo textual, in: *Scripta*, n. 4, v. 2, pp. 87-106, 2001.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. 4 ed. Cambridge: niversity Press, 1996.

VAN DIJK, T. A. *La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario*. Barcelona: Paidós, 1983. 307 p.

_____. *Texto y contexto: semántica y pragmática del discurso*. 2 ed. Madrid: Cátedra, 1984. p.195-229.

_____. *Cognição, discurso e interação*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000. 207 p.

Anexo

Do hábito de calar

No círculo governista, foi louvado como um ato de sapiência a declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que cala por convicção, e não por medo – em relação às críticas que vem sofrendo do senador Antônio Carlos Magalhães. Exortações à parte, poucas vezes FHC produziu uma definição tão realista de seu comportamento político ao longo de mais de seis anos de governo.

O silêncio convicto do presidente tem sido um forte amálgama a manter minimamente coeso o concerto das forças partidárias que sustentam seu governo. Neste momento, esse calar tem um objetivo claro: o de minimizar os atritos com o PFL, derrotado nas eleições parlamentares que ocorreram na semana passada, e, assim, permitir uma transição segura até o fim do mandato.

Mas o hábito de calar do presidente, irmão do de abafar escândalos, tem atuado também como obstáculo à reforma dos costumes políticos. As batalhas, como a troca de acusações entre ACM e outros governistas na sessão de ontem no Senado, afloram apenas no nível epidérmico da aliança. Não alteram o seu caráter profundo, o de ser um pacto que envolve velhas oligarquias regionais, admitindo sem mais a prevalência do fisiologismo, do caciquismo e de outras formas nefastas de fazer política.

O excessivo pragmatismo que domina o governo, a começar por FHC, não permite enxergar que há algo nas denúncias de corrupção recentes que transcende a luta pessoal entre ACM e outras lideranças. São casos graves como as acusações que pesam sobre a origem do patrimônio do presidente do Senado, Jader Barbalho, o escândalo na concessão de crédito pela SUDAM, os indícios de que correu dinheiro na decisão de deputados de deixar suas legendas e aderir ao PMDB, o suposto desvio de dinheiro das obras do aeroporto de Salvador e a suspeita de irregularidades na gestão dos portos. As vísceras de duradoura e promíscua relação de poder estão expostas. Mas não há firme disposição de investigar.

A opção por silenciar, nessa situação, pode ser muito eficaz para costurar a governabilidade. Mas é mais um ato a reforçar a imagem de que este governo é leniente no que tange a tornar a luta pelo poder no Brasil mais digna e mais moderna.

Folha de São Paulo, 21/02/2001.